

**O TURISMO E A ACADEMIA DA “IDADE DOS
DESCOBRIMENTOS” EM PORTUGAL:
o silenciamento/reprodução do racismo no loop pós-colonial**

***THE ‘AGE OF DISCOVERIES’ TOURISM AND
SCHOLARSHIP IN PORTUGAL:
the silencing/reproduction of racism within the postcolonial loop***

Silvia Rodríguez Maeso*

Resumo

Este artigo analisa o que podemos denominar como loop pós-colonial da “Idade das Descobertas” a partir de dois contextos fortemente inter-relacionados – o turismo urbano e a academia – assim como a sua incorporação no discurso das políticas públicas relacionadas com a denominada “integração” e a “interculturalidade”. Em particular, o artigo examina a narrativa dominante do Museu Interactivo World of Discoveries do Porto e do trabalho académico sobre a história dos “descobrimientos” e a “expansão” portuguesa. Considero, para tal, que se configura uma pedagogia dos descobrimientos alimentada pela retórica identitária em torno da Europeidade e cujas formas contemporâneas se ancoram na culturalização da política que teve lugar a partir da segunda metade do século XIX. Argumento que a contínua renovação e centralidade do “culto dos descobrimientos” é possível enquanto a institucionalização do racismo seja silenciada na história do colonialismo e na actualidade. Finalmente, o artigo assinala algumas das estratégias políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais para interromper o loop pós-colonial e lutar contra o racismo fora dele.

Palavras-chave: “Idade dos Descobrimientos”. Loop Pós-colonial. Privilégio Branco. Silenciamento do Racismo.

Abstract

This article analyses what may be called as the postcolonial loop of the “Age of Discoveries” in two strongly interrelated contexts, urban tourism and academia, as well as its incorporation in the public policy discourse of so-called “integration” and “interculturality”. In particular, the article examines the dominant narrative in the Interactive Museum World of Discoveries in Porto and in the academic work about the history of the Portuguese “discoveries” and “expansion”. Accordingly, I consider that it is developed a pedagogy of the discoveries, fuelled by the reproduction of Europeanness and whose contemporary forms are anchored in the culturalisation of politics that took place since the second half of the nineteenth

* Doutora em Sociologia e Política pela Universidade do País Basco, Investigadora Principal do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: srodrig@ces.uc.pt

century. I argue that the continuous renewal and centrality of the “cult of the Discoveries” is possible while the institutionalisation of racism is silenced in the history of colonialism and in the present. Finally, the article points out some political strategies developed by social movements to interrupt the postcolonial loop and to fight against racism outside it.

Keywords: “Age of Discoveries”. Post-colonial Loop. Silence about Racism. White Privilege.

Habitar num *loop* (pós)colonial

[...] é curioso notar como falta imaginação ao repisar dos argumentos contra a denúncia dos crimes dos portugueses e como são sempre os mesmos três ou quatro pobres argumentos, só que apresentados com uma veemência que, infelizmente para os seus defensores, nem por isso os transforma em verdades indiscutíveis (BARRADAS, 1998, p. 9).

Na linguagem da programação de computadores, um *loop* é uma estrutura de repetição utilizada para executar uma instrução ou um conjunto de instruções várias vezes, enquanto uma condição se verificar. Um dos tipos de estrutura de repetição é o *loop while*: *enquanto* uma condição se verificar, as instruções são executadas indeterminadamente¹. Como tal, afigura-se interessante mobilizar este conceito com vista a analisar a estrutura narrativa da “Idade dos Descobrimentos” e a relevância da sua performatividade na configuração actual de um imaginário da *nação* portuguesa como uma *nação global e intercultural*. O silenciamento dos processos de violência, assim como das lutas políticas anticoloniais e antirracistas, é a condição de possibilidade para a reprodução do “culto dos Descobrimentos” (POLANAH, 2011). Considera-se, portanto, que esta narrativa reproduz um conjunto de afirmações e argumentos, *enquanto* o racismo seja silenciado, mais especificamente, *enquanto* se silencia o racismo como produto de formas de governo coloniais e os seus legados no contexto pós-colonial português e europeu contemporâneo.

Assim, este artigo procurará analisar o que podemos denominar como *loop* pós-colonial da “Idade dos Descobrimentos” a partir de dois contextos fortemente inter-relacionados: o turismo urbano e a academia. Além do mais, analisarei igualmente a forma como este *loop* tem vindo a ser incorporado pelas políticas públicas relacionadas com a denominada “integração” das minorias étnicas e da população resultante da imigração pós-colonial.

A ubiquidade da narrativa da “Idade dos Descobrimentos” no quotidiano político, cultural e socioeconómico, em Portugal, produz uma constante sensação de se estar confinada, intencionalmente ou não, a este *loop* pós-colonial. Num trabalho anterior, considerámos a “Idade dos Descobrimentos” como uma narrativa contemporânea fundamental à construção da ideia de Europa, bem como o seu suposto lugar na produção da história *universal* (ARAÚJO; MAESO, 2015, p. 14-18). Isto é, como uma narrativa da modernidade que geralmente enfatiza o

¹ Agradeço a Alberto Pereira a sua ajuda na compreensão deste conceito.

papel de Espanha e Portugal como *marco histórico* da denominada “expansão europeia” através da “exploração” de novas rotas. Embora no contexto espanhol se enfatize o “encontro” com *o Novo Mundo*, a América, em Portugal consideram-se as “realizações” portuguesas, “sob essa égide expansionista ‘dar novos mundos ao Mundo’, que sublinha uma persistente ligação nacional à grande parte da sua velha identidade imperial”, tal como foi reafirmado na Exposição Universal de Lisboa, em 1998 (POLANAH, 2011, p. 57).

Como tal, este *loop* repete a narrativa da “realização” (WALLERSTEIN, 1997) – através das noções comumente aceites de “aventura” e “exploração” – em conjunto com as condições sobre as quais uma crítica à ideologia e às governamentalidades coloniais pode ser feita. Ana Barradas, jornalista, tradutora e activista anticolonial, descreveu certeira, na introdução à segunda edição do seu livro *Ministros da Noite*², os principais argumentos que domesticam esta “crítica”:

É verdade que nem todos cantam loas. Concedem os espíritos liberais que na “epopeia” da expansão também houve algumas “manchas”. Isto soa a progressista, mas visto de perto não é tanto. Distinguem o lado mau e o lado bom, para poder salvar o famigerado “espírito dos descobrimentos” (BARRADAS, 1998, p. 12).

Assim, estes são os argumentos que configuram a ideologia colonial moderna e a produção dos termos da sua legitimidade política, desde o fim do século XV, e que estão em contínua renovação:

Dizem eles que os povos que encontrámos não viviam no paraíso antes se matavam e escravizavam; os portugueses não foram os únicos, outros excederam-nos em crueldade; não se pode medir os acontecimentos pelos padrões actuais; na história, todos os avanços se fizeram à custa de violências e conquistas (BARRADAS, 1998, p. 10).

O colonialismo aparece, assim, como um processo de “libertação” dos povos da “tirania” da sua organização política e da sua cultura, no qual todos cometeram “excessos”, isto é, o colonialismo configura-se como o exercício *necessário* de uma violência *sacrificial* que configura o “mito da modernidade” (DUSSEL, 2008), precisando, para tal, silenciara “forte resistência que, desde o início, os vários povos contactados opuseram aos desígnios escravagistas dos portugueses” (BARRADAS, 1998, p. 11). É nesta dupla despolitização da memória e da história públicas do colonialismo – a história da violência como uma história “partilhada” entre colonizadores e colonizados, por um lado, e o apagamento das lutas políticas anticoloniais, por outro – que a narrativa dos descobrimentos se configura como um discurso histórico sobre a “Europa” e sobre “Portugal”, as fronteiras entre a

² Uma colectânea de textos recolhidos quase inteiramente da historiografia portuguesa, do século XV ao século XX, que testemunham não só a violência inerente ao processo e à administração coloniais, bem como o seu silenciamento e o silenciamento da resistência ao colonialismo português.

europiedade e não europiedade e a sua tradução na raça, e codificados, em particular, pela cor e a marca corporal (ver HESSE, 2007).

Mais especificamente, neste artigo analisarei a reprodução contemporânea do *loop* pós-colonial na narrativa dominante no Museu Interactivo World of Discoveries (WoD) do Porto e no trabalho académico sobre a história dos “descobrimientos” e a “expansão” portuguesa. Considero, para tal, que em ambos os espaços se configura uma *pedagogia dos descobrimientos* alimentada pela retórica identitária em torno da *europiedade* forjada a partir dos séculos XV-XVI³, cujas formas contemporâneas se ancoram na culturalização da política que teve lugar a partir da segunda metade do século XIX. Este processo foi responsável por vincar tanto a exibição das “realizações” do imperialismo e da ciência colonial como o *voyeurismo* racista sobre os ‘outros’ colonizados⁴. Tem sido este um fenómeno sobretudo euro-americano de *patrimonialização* do paradigma eurocêntrico de produção de conhecimento (QUIJANO, 2000; DUSSEL, 2000) que, no caso de Portugal, foi fortemente impulsionado pelo “discurso nacionalista do republicanismo do último tercio do século XIX” que “primeiro reduziu efetivamente o carácter histórico e nacional dação à ‘Idade dos Descobrimientos’ e, seguidamente, a incorporou simbolicamente na figura de Camões” (VAKIL, 1995 p. 136). Ao longo do seu trabalho, Vakil considera como o sucesso deste discurso descansou na sua “retórica identitária – a redutiva transferência circular, ea junção dos termos: tradição nacional – momento histórico paradigmático – Descobrimientos – Colonialismo – Republicanismo” (VAKIL, 1995, p. 136). A sua análise sublinha a pluralidade de formas de incorporação dos “descobrimientos” por diferentes correntes ideológicas – republicanas e monárquicas – na “luta pelo controlo do imaginário nacional” que se intensificou no período entre 1912-1940. O *loop* pós-colonial, na actualidade, assenta também nessa mesma retórica identitária, mas a dimensão apologética do colonialismo e do imperialismo civilizatório é *aparentemente* expulsa dessa cadeia de significantes, na qual o discurso científico-historiográfico adquire um lugar fulcral. A legitimação científico-académica (sobre tudo desde a historiografia e a antropologia) foi também fulcral na reprodução do discurso lusotropicalista (as teses da *excecional* capacidade portuguesa para a interação pacífica com outras culturas e raças) em Portugal desde os anos 1930, e em especial na ideologia nacional-imperialista do régimen ditatorial do Estado Novo (ver CASTELO, 1999). O discurso científico acaba por ter não só a capacidade de sobredeterminar o significado dos “Descobrimientos”, enquanto momento paradigmático da história nacional e universal, como também de produzir as condições para a sua legitimação/naturalização. A contínua “reciclagem institucional dos ‘Descobrimientos’” (VAKIL, 1996, p. 36) é, portanto, analisada, neste artigo, como parte do “exercício diferencial do poder que possibilita algumas narrativas e silencia outras” (TROUILLOT, 1995, p. 25).

3 Ver Araújo e Maeso (2015, p. 18-25).

4 Sobre os museus e exposições coloniais em Portugal, ver, entre outros trabalhos, Matos (2006, 2014) e Polanah (2011).

O turismo colonial-urbano: da Lisboa ao Porto dos “descobrimentos”

Parece-me inacreditável que no dia em que se celebram os 40 anos do 25 de Abril, se inaugure uma nova edição da Exposição Colonial Portuguesa, que apela ao orgulho patriótico pelo projecto colonialista português, contra o qual o 25 de Abril também se ergueu. [...] Espero que o museu inclua também uma reprodução interactiva de um navio negreiro e de um auto-de-fé. (Comentário *online* à notícia “A partir de hoje já é possível embarcar numa viagem até aos Descobrimentos”. (PÚBLICO, 25/04/2014, p. 25).⁵

O museu WoD⁶ abriu ao público no dia 25 de abril de 2014, quadragésimo aniversário da chamada “Revolução dos Cravos” – evento que, num contexto de guerra contrarrevolucionária frente aos movimentos de libertação nacional, se converteu no ponto de inflexão do processo de transição democrática de Portugal e da independência dos países colonizados pelo estado português. Posteriormente, a 6 de maio do mesmo ano, na inauguração oficial do museu, Pedro Passos Coelho – então primeiro-ministro – proferiu declarações optimistas em relação à saída de Portugal da “crise económica” através da evocação do “empreendedorismo” supostamente característico do “espírito dos descobrimentos” (LUSA, 2014): “Precisamos de nos reencontrar com esse espírito cosmopolita que nos levou aos quatro cantos do mundo, desta capacidade extraordinária de nos darmos com os outros num mundo global” (LARGUESA, 2014). Na sequência deste acto, vários jornais publicaram uma foto do primeiro-ministro ao lado de Mário Ferreira – presidente do grupo empresarial Mystic Invest, dedicado ao sector turístico, no qual o WoD está integrado⁷ – numa das pequenas embarcações que permitem aos visitantes fazer o percurso pelo “oceano navegável”, desde “o Porto dos Descobrimentos” até o Brasil, imitando as *conquistas*, o *contacto cultural* e as descobertas dos portugueses desde o início do século XV. Assim, o WoD consolida o lugar da cidade do Porto no que poderíamos denominar como turismo colonial em Portugal, tradicionalmente centrado em Lisboa, na chamada “Rota dos Descobrimentos”, que inclui visitas ao Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém e ao Padrão dos Descobrimentos⁸.

5 Trata-se comentário à matéria de autoria de Sara Gerivaz (2014).

6 A análise aqui apresentada baseia-se na revisão de materiais de apoio e de informação produzidos pelo WoD, assim como na observação realizada durante uma visita ao museu no dia 11 de novembro de 2015.

7 O projecto apresentado pela Mystic Invest venceu o concurso público lançado pela Câmara do Porto em julho de 2011 e está situado nos antigos armazéns da Real Companhia Velha, em Miragaia, no centro histórico do Porto, adquiridos pelo empresário Ferreira. O projeto se beneficiou do apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional da União Europeia. O processo de concessão e o próprio projecto não estiveram isentos de polémica no âmbito da política local (ver LUSA, 2012). Em 2012, Manuel Correia Fernandes, vereador do Partido Socialista, afirmou que “a epopeia dos Descobrimentos merecia um tratamento mais significativo do que este parque temático ou comboio-fantasma de caravela das feiras populares” (LUSA, 2012).

8 São numerosas as empresas de turismo que oferecem o “Tour dos Descobrimentos”; ver, por exemplo, as

Ao longo da visita ao museu, podemos distinguir três secções, complementadas por uma loja e um restaurante. A primeira secção, a “Sala Intentos e Inventos”, é dedicada ao conhecimento geográfico e às técnicas de navegação, incluindo réplicas dos tipos de instrumentos e dos navios utilizados nas navegações portuguesas. No espaço “Mundos ao Mundo, os visitantes podem seguir a “evolução” do conhecimento geográfico através de globos digitais em 4D que oferecem uma imagem do mundo “conhecido” em diferentes períodos. Aqui podem consultar-se também, em ecrãs multitácteis, breves biografias de navegadores (e.g. Infante D. Henrique, Gil Eanes ou Cristóvão Colombo), cientistas (e.g. Garcia de Orta), historiadores e poetas (e.g. João de Barros, Luís Vaz de Camões). Uma segunda zona é constituída por duas salas que representam o interior da nau “Carreira da Índia” e o trabalho de um estaleiro naval, que inclui réplicas dos vários componentes dos cascos dos navios e um manequim de um carpinteiro naval a trabalhar peças de madeira. Os ecrãs interactivos ilustram a “dureza do quotidiano” dos tripulantes dos navios, bem como as diferentes mercadorias que eram transportadas nas diferentes rotas comerciais, como as especiarias. Finalmente, uma terceira secção leva os visitantes ao cais de embarque para percorrer a já mencionada rota desde Portugal até o Brasil, incluindo passagens pelo Norte de África, a “África Negra”, as “Florestas tropicais”, a Índia, Timor, a China-Macau eo Japão”. As embarcações possuem ainda audioguias para seguir as explicações do percurso, disponíveis em seis línguas diferentes, e que se pode consultar também na brochura intitulada “Todos a bordo!” (WORLD OF DISCOVERIES, 2015).

Em seguida, centrar-me-ei em dois aspectos que considero fundamentais para compreender o significado do WoD no actual contexto político-académico. Em primeiro lugar, considero que estamos perante um “culto dos descobrimentos” (POLANAH, 2011) que se vem a consolidar, como já referimos, desde finais do século XIX com a política nacional de comemorações e apresentações nas exposições internacionais. Esta política foi especialmente encorajada pelo tumulto político em torno do “ultimato britânico” (1890) que animou a retórica nacionalista/imperialista enquadrada nas disputas diplomáticas e na arbitragem internacional sobre o “princípio dos direitos históricos” (TEIXEIRA, 1987, p. 690). É neste contexto que se configura “uma verdadeira indústria cultural”, que se estende dos monumentos até as instituições científicas, mas “todos dedicados à glorificação do

que se encontram disponíveis em: <http://www.lisbonecotours.com/tours/tour_descobrimentos_268_pt>; <<http://www.greentour.pt/pt/project-view/epic-discoveries-tour>>; <<http://www.southtagoustours.com/tour/31/tour-helicopteros--rota-dos-descobrimentos-10-min/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

9 Refere-se ao memorando dirigido ao Governo Português em janeiro de 1890, pelo Governo Britânico de Robert Gascoyne-Cecil, Marquês de Salisbury, através do seu Enviado em Lisboa, George Prette. O documento exigia a retirada das tropas portuguesas de extensas regiões pertencentes actualmente aos estados de Zimbabue, Zambia e Malawi. O conflito político deriva das resoluções em torno da política colonial ocidental e o novo Direito Internacional Colonial resultantes da Conferência de Berlim de 1884-1885 que desestimou o chamado “princípio da legitimidade histórica” (a prioridade da “descoberta”) como fonte de legitimidade sobre os territórios colonizados.

passado expansionista da nação e os seus ‘heroicos’ protagonistas (Luís de Camões, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, e o Infante Dom Henrique)” (POLANAH, 2011, p. 42). Na sua versão actual, o “culto dos descobrimentos”, patente no WoD, ilustra a confluência da iniciativa privada com a política pública local e o trabalho académico. Desta forma, os discursos do “empreendedorismo” e da renovação urbana mediada pelo turismo ligam-se àqueles da inovação no ensino da história com as tecnologias multimédia e o entretenimento das visitas de estudo¹⁰. O museu é, portanto, um exemplo paradigmático da consolidação dessa indústria cultural (académico-política e turística) dos “descobrimtos” desde a transição democrática, sobretudo, no período 1988-2000, com os trabalhos da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimtos Portugueses – CNCDP (VAKIL, 1996, p. 35-37; ARAÚJO, MAESO, 2015, p. 74-77) e a organização da Exposição Mundial de 1998 em Lisboa (POWER; SIDAWAY, 2005). A coordenação e produção de conteúdos históricos do museu estão a cargo do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Cepese) da Universidade do Porto, sob direcção dos professores Luís Adão da Fonseca¹¹ e Fernando de Sousa¹². A narrativa dominante no WoD dá continuidade à *filosofia da história positivista* da febre comemoracionista iniciada no final do século XIX, responsável pela produção de uma síntese entre o ideário nacionalista e o imaginário eurocêntrico da modernidade: “A Idade de Ouro de Portugal – o período de convergência da história nacional e universal, quando seu carácter cultural foi supostamente revelado – foi equiparado com a Expansão e o espírito dos ‘Descobrimtos’; uma época de afirmação nacional, mas também de pioneirismo científico e ‘modernidade’” (VAKIL, 1996, p. 44).

A profusão de datas, viagens, rotas, dados biográficos, artefactos e tecnologias, produzem “eventos” assumidos como autoevidentes (*factos* da história) e, mais importante ainda, (re)produzem subjectividades e entidades histórico-políticas – Homem branco, Renascimento, Ocidente, Portugal – com as quais fazemos sentido e interpretamos o presente segundo o paradigma eurocêntrico hegemónico, ou seja, recriamos um passado a partir de determinadas relações de poder actuais (ver TROUILLOT, 1995, p. 16). Assim, as “narrativas geográficas” do pioneirismo europeu/português das exposições coloniais que celebravam o “auto-confiante ‘Ocidente’” ao mesmo tempo que se “parodiava o não-Ocidente”, são agora reformuladas, como assinalam Power e Sidaway (2005, p. 872) na sua análise da Expo 98, “nas celebrações tecnológicas e de mercadorias”. No WoD, esta reformulação enquadra-se na chamada “nova museologia” que, segundo Ana Torres, directora do

10 O museu dispõe de um Serviço Educativo que tem a seu encargo programas de visita para as escolas e ofertas especiais para os professores.

11 Adão da Fonseca, professor catedrático de História Medieval, tem sustentado cargos de grande relevo no âmbito da política comemorativa e identitária em Portugal: Vice-Presidente (1989-1992) e presidente do conselho científico (1992-1996) da CNCDP, e Presidente do Instituto Camões (1992-1995).

12 Fernando de Sousa, professor catedrático de História Contemporânea, foi deputado do Partido Socialista (1983-1985 e 1991-1999) na Assembleia da República, períodos nos quais foi membro da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia.

museu, assume que “os museus deixaram de ser lugares de objectos para passarem a ser museus de emoções”¹³. Tal acontece uma vez que os visitantes são chamados a colocar-se no lugar dos “navegadores” e, como é anunciado no vídeo promocional¹⁴ e nos folhetos disponíveis na entrada do museu, o objectivo é que o visitante “Reviva a História que mudou o mundo”; “Viva e sinta a quatro dimensões os eventos mais marcantes da odisseia dos descobrimentos”.

Em seguida, examinarei mais detalhadamente a reprodução desta subjectividade branca/ocidental através da linguagem e da *espectacularidade* dessa “nova museologia” para ilustrar o que considero ser o segundo aspecto central na análise do WoD. A estrutura discursiva da “Idade dos Descobrimentos” naturaliza e legitima uma “perspetiva portuguesa/europeia” da história que – através da narrativa épica – projecta um “nós” *universal* – o *ego conqueror* que define a subjectividade moderna ocidental (DUSSEL, 2008) – que “dá início” à *globalização*: “Os Descobrimentos lançaram a *humanidade* numa *era de globalização* e mudaram para sempre a nossa relação com o planeta”¹⁵. Nesta pedagogia dos descobrimentos, infere-se a presença de um subtexto assente no *loop* pós-colonial (i.e. temos de contar o lado positivo e o lado negativo da “expansão”; é natural que os povos contem a história a partir da sua perspetiva; os processos de violência são inerentes à acção humana; os descobrimentos facilitaram o encontro entre culturas como nunca antes na história da humanidade...) dirigido a um público que se assume situado no lugar do privilégio branco¹⁶ (i.e. uma “inocência racial” que permitiria aos visitantes “ignorar” os silenciamentos da narrativa hegemónica). Por exemplo, se nos centrarmos na estrutura narrativa veiculada tanto pelos cenários construídos à escala real como pelos textos dos audioguias que acompanham o percurso desde Portugal até ao Brasil, veremos que se estabelece uma hierarquização racial dos povos “descobertos” ou das “civilizações” com as quais os portugueses se “encontraram” e relacionaram, muito semelhante à que encontramos nos manuais de História no ensino básico (ver ARAÚJO; MAESO, 2015, p. 104-114). Assim, a narrativa que acompanha a “passagem” pela “África Negra” explica:

Em 1488, Bartolomeu Dias dobra o Cabo das Tormentas e abre passagem para o Índico. Mas até à viagem que consumaria a chegada à Índia distam ainda 10 anos. Durante este tempo exploramos a costa e o interior de África, encontrando formas de financiar a nossa gesta e reunindo mais informação

13 Apresentação na 8ª edição do Salão das Viagens de Negócio, 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ggFtnOI18FQ>>. Acesso em: 15 mar.2016.

14 Disponível em: <<https://vimeo.com/104932292>>. Acesso em: 16 mar. 2016. Ver também o *site* do museu disponível em: <<https://www.worldofdiscoveries.com/>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

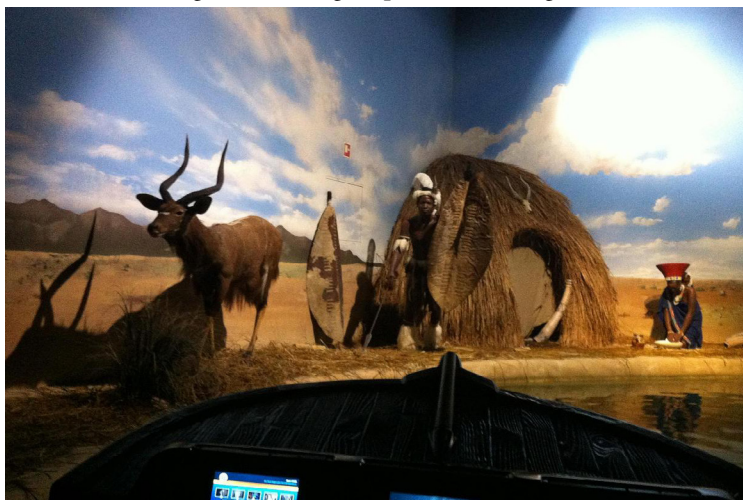
15 Descrição do museu (“Quem Somos”) no *site*, disponível em: <<https://www.worldofdiscoveries.com/museu/quem-somos>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

16 Como identificou Peggy McIntosh na sua análise do modo como o privilégio branco estrutura as relações sociais e políticas no nosso quotidiano: “Quando me falam sobre o nosso património nacional ou sobre a ‘civilização’ é-me mostrado que foram as pessoas da minha cor que o fizeram assim” (MCINTOSH, 1988, p. 6).

sobre o Oriente. *Aqui viemos descobrir povos bastante mais organizados e hábeis nas mestrias da caça e guerra do que alguma vez havíamos imaginado* (WORLD OF DISCOVERIES, 2015, p. 6, grifo nosso).

A recriação do “interior da África Negra” (ver Figura 1) segue certo imaginário do “povo africano primitivo”, onde a negritude é imaginada mimetizando-se numa paisagem “nua”, assim como através da encenação do desenvolvimento de “mestrias” mais rudimentais (e.g. a caça com lanças). O “nós explorador” arroga-se o direito de conceder graus de “civilização”.

Figura1 - Passagem pela “África Negra”



Fonte: arquivo pessoal. Fotografia: a autora

As recriações das chegadas à Índia ou ao Japão apresentam civilizações com uma maior sofisticação cultural e política. Por exemplo, no caso da Índia, é representado o encontro entre Vasco de Gama e o Samorim de Calecute (ver Figura 2) – um dos tópicos recorrentes na iconografia dos “descobrimientos” – como foi relatado em *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões: “A chegada da nossa armada deve-se a um dos mais bravos homens desta aventura, de seu nome Vasco de Gama, Eilo [...] recebido com pompa e circunstância, ainda que depois de alguma resistência, pelo Samorim de Calecute” (WORLD OF DISCOVERIES, 2015, p. 9).

Figura 2 - Chegada à Índia. Vasco da Gama e Manavikraman Rajá,
Samorim de Calecute



Fonte: arquivo pessoal. Fotografia: a autora

Um segundo exemplo corresponde ao *silenciamento e trivialização* da escravização racial e o estabelecimento do mercado transatlântico (ver TROUILLOT, 1995). Na passagem pelas “florestas tropicais”, podemos ouvir: “Estamos nas florestas tropicais, ou equatoriais, a nossa porta de acesso ao desconhecido. Através das suas vias fluviais organizamos expedições que partiram do litoral para o interior, com o objectivo de *angariar escravos* e encontrar metais preciosos” (WORLD OF DISCOVERIES, 2015, p. 7, grifo nosso). Esta objectificação do “escravo” silencia a violência inerente ao processo de escravização, assim como os seus contornos raciais e a emergência de uma nova estrutura de governo e de legitimidade política. Este silenciamento é naturalizado através da narrativa hegemónica sobre a ubiquidade da escravatura, do argumento de que “já eram escravos”, vendidos pelos próprios africanos (ver NIMAKO, 2015). Por sua vez, a “chegada” ao Brasil ilustra-se através da “primeira missa” e do interior de “um engenho do açúcar e o ambiente típico de uma senzala” (WORLD OF DISCOVERIES, 2014, p. 6) – “ambiente” este representado por dois “escravos” a dançar capoeira (ver Figura 3). Não obstante, a narração do audioguia não faz referência explícita à escravização, mas só à “descoberta” das minas e à “migração portuguesa”, e à expansão da língua:

Com a descoberta das minas de ouro e diamantes, o estado aumentou o seu controlo com o objetivo de organizar os tributos sobre as novas riquezas. Nesta altura, milhares de portugueses migraram para o Brasil e o português afirmou-se como língua nacional (WORLD OF DISCOVERIES, 2015, p. 17)

Figura 3 - Brasil: um engenho do açúcar e “o ambiente típico de uma sanzala”



Fonte: arquivo pessoal. Fotografia: a autora

A trivialização da escravização racial nas Américas e do sistema de campos de trabalho – das “plantações” e dos “engenhos” –, através da música e das danças das populações negras escravizadas é comum, por exemplo, nos manuais de história portugueses (ARAÚJO, MAESO, 2012; ARAUJO, MAESO, 2015, p. 125-126); esta narrativa relaciona-se com a reprodução de um imaginário que despolitiza o colonialismo através da sua representação como espaço da “multiculturalidade” e do “encontro de culturas”¹⁷.

17 O enquadramento das narrativas sobre o colonialismo na celebração da “multiculturalidade” ou o “contacto entre culturas” tem sido um aspecto central nos processos de mudança institucional dos antigos museus coloniais, construídos principalmente no período entre 1880 e 1930, em contextos europeus. A análise destes processos tem sido, muitas vezes, pouco crítica com estas “novas” narrativas, e continua a se afirmar uma sorte de “compatibilização” entre a celebração dos “descobrimientos” de outras culturas com uma compreensão da “complexidade” da “situação colonial”. Assim, por exemplo, o historiador australiano Roberto Aldrich conclui o seu estudo sobre a renovação de museus coloniais no Reino Unido, França, Holanda e Bélgica como segue: “Talvez um dos legados do mundo colonial – com todas as ressalvas relevantes que poderiam ser adicionadas – é um senso de curiosidade pelo resto do mundo inculcado pelos antigos museus coloniais, um desejo de descoberta que os museus pós-coloniais – com várias críticas que podem ser avançadas – estão a tentar dar atenção. Despertar e satisfazer a curiosidade pelo mundo de hoje em dia é um das tarefas dos herdeiros dos museus coloniais, mas sem negar as condições coloniais e a complexa história por trás das maravilhas em exposição” (ALDRICH, 2009, p. 154). Para uma abordagem crítica do processo de renovação do Museu Real da África Central (Tervuren, Bélgica) e o discurso da multiculturalidade, ver Hasian; Wood (2010).

A academia dos “descobrimentos”: a renovação de uma “pedagogia ecuménica”

A ideia de criar um museu dedicado ao tempo dos “descobrimentos” não é nova. No âmbito do Grupo de Trabalho do Ministério de Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e, em particular, do trabalho da equipa que desenvolveu a chamada técnica “História ao Vivo”¹⁸, foi proposto – sem sucesso¹⁹ – um projecto de:

[...] “museu” onde fosse recriado o quotidiano da época quinhentista e onde as acções realizadas, neste âmbito, com os alunos das escolas pudessem ter continuidade. Não se trataria de um museu no sentido tradicional do termo, mas de um espaço lúdico e de recriação da história nacional (GRUPO DE TRABALHO, 2001, p. 25).

O Grupo de Trabalho foi formalizado em 1989, com o apoio do Ministério de Educação, então dirigido por Roberto Carneiro, como uma estrutura autónoma ao abrigo da CNCDP, para produzir materiais didácticos e promover diferentes iniciativas (e.g. visitas de estudo, exposições) com as escolas e professores do ensino básico e secundário – Despacho conjunto nº 15/ME/MAJ/89 (PORTUGAL, 1989); o Grupo foi inicialmente presidido pelo historiador dos “descobrimentos”, Luís de Albuquerque.

As iniciativas desenvolvidas pela CNCDP (1986-2002)²⁰ têm sido importantes para a promoção do trabalho académico sobre os “descobrimentos” e a “expansão”, bem como para a sua divulgação no ensino básico e secundário. A coordenação destas actividades esteve a cargo do Conselho Científico da comissão, criado em 1988, e presidido por historiadores como Luís de Albuquerque, Luís Adão da Fonseca, Joaquim Romero Magalhães e Luís A. de Oliveira Ramos. As actividades da CNCDP e do Grupo de Trabalho envolveram uma extensa rede de académicos, professores do ensino básico e secundário e autores de manuais escolares, assim como profissionais das áreas da museologia, do património e do teatro. Por exemplo,

18 Para uma descrição do trabalho desenvolvido nesta área pelo “Grupo” – sob a coordenação de Paula Bárcia, licenciada em História e professora do Ensino Básico –, em colaboração com a Associação Portuguesa de Museologia (APOM), ver Coelho (2009, p. 60-68).

19 Na síntese do trabalho do Grupo de Trabalho não é especificada a data em que este projeto foi pensado, mas é provável que fosse no período de 1990-1991. O Grupo explicou as diferentes razões que levaram a abandonar este projecto na altura: “falta de espaço adequado, de verbas, de equipa que pudesse assegurar a qualidade científica e técnica de um tal empreendimento que, de outro modo, podia correr o risco de cair na caricatura” (GRUPO DE TRABALHO, 2001, p. 25).

20 Um antecedente institucional foram as actividades e trabalhos desenvolvidos no âmbito da XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura, organizada pelo Governo Português sob os auspícios do Conselho da Europa sobre a temática: “Os descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento” (maio-outubro 1983), cujo Comissariado foi instituído em 1981.

em 1990, foi “criado ‘um programa autónomo desenhado especialmente para apoiar atividades relacionadas com a investigação, a história dos descobrimentos e as relações com as universidades’”²¹ (OLIVEIRA, 2003, p. 4). O seu objectivo foi, simultaneamente, “preparar novos investigadores, investigar as fontes e publicá-las, e organizar programas de investigação” (OLIVEIRA, 2003, p. 4). Neste contexto, a comissão deu apoio ao desenvolvimento de cursos de pós-graduação nesta área de estudos na Faculdade de Letras das Universidades do Porto e Lisboa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e no Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Auxiliou diversas actividades no Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra (OLIVEIRA, 2003, p. 4) e auspiciou a inauguração da *Cátedra Vasco da Gama* em História da Expansão Europeia no *Instituto Universitário Europeu de Florença*, em 1991, com um professor permanente e um programa de bolsas de doutoramento (OLIVEIRA, 2003, p. 5)²².

Estamos, portanto, perante um processo de investimento no conhecimento académico sobre a “expansão” e os “descobrimientos” nas universidades públicas portuguesas durante as décadas de 1990 e 2000. A sua compreensão requer uma análise que considera os processos políticos mais amplos de desenvolvimento de iniciativas sobre a chamada “integração”, a “diversidade cultural” e o “multiculturalismo” no contexto europeu que têm como pano de fundo a produção política da “imigração” e a “gestão da diversidade cultural” como questões centrais de *intervenção*. Isto é, a renovação do “culto dos descobrimientos” no trabalho académico e no espaço educativo mais amplo, assim como o papel de diferentes representantes político-académicos no seu desenvolvimento estão inter-relacionados com a criação de uma semântica e de um leque de políticas públicas em torno da “integração” e da “interculturalidade”²³, no contexto português, a partir dos anos 1990.

Irei, agora, debruçar-me mais especificamente sobre a relevância adquirida pelo discurso que assume a centralidade do conhecimento científico na “desmistificação” de noções e narrativas prévias sobre os “descobrimientos”, assim como na semântica da “globalização/mundialização” na renovação da filosofia positivista que objectiva a “realidade” da “expansão”. O historiador Francisco Contente Domingues foi entrevistado pelo jornal *Público* por ocasião da publicação de uma nova edição do *Dicionário da Expansão Portuguesa (1415-1600)*, editada pelo Círculo dos Leitores, e que renova a obra *Dicionário de História dos*

21 Ver CNCDP (1991).

22 O historiador indiano Kirti N. Chaudhuri (SOAS, Universidade de Londres) foi o primeiro professor a ocupar a cátedra (1991-1999); o Governo português, através do Ministério de Negócios Estrangeiros, tem mantido a cátedra, que é hoje denominada Cátedra em História Colonial e Póscolonial europeia, e é dirigida, desde 2010, pelo professor Jorge Flores, doutor em História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa, e que realizou já diversas actividades no âmbito da CNCDP.

23 Para uma análise crítica dos discursos e políticas públicas em torno da imigração e a “integração” em Portugal, ver Araújo (2013) e Maeso e Araújo (2013).

*Descobrimientos Portugueses (1994)*²⁴, então sob a direcção de Luís de Albuquerque, e na qual Contente Domingues também participou. No artigo intitulado “Ainda é correcto falar de descobrimentos?” (SALEMA, 2016), o historiador defendeu a validade da sua utilização atendendo à sua qualidade como termo “relativo”, ou seja: “O ‘descobrimento’ faz sentido em função do património geográfico da realidade cultural e civilizacional de onde emana o ‘descobridor’” (SALEMA, 2016, p. 39). Este argumento é reforçado em nome da “mundialização” que os “descobrimientos” teriam iniciado e é neste contexto que a discussão sobre a sua pertinência parece não deixar lugar para dúvidas: “Seja qual for a volta que se der, nomeadamente por parte dessas culturas por *se sentirem afectadas negativamente* pela chegada dos europeus, criou-se uma visão cosmopolita do mundo que não existia” (SALEMA, 2016, p. 39, grifo nosso). Finalmente, Contente Domingues assinalou a necessidade de refutar certos “mitos” como aqueles presentes nos discursos de antigos mandatários como Mário Soares²⁵ ou Aníbal Cavaco Silva²⁶, que defendem que “o que nos movia era o conhecimento” ou que apresentam a Escola de Sagres²⁷ como um exemplo de investigação e desenvolvimento. Segundo Contente Domingues: “Isto são ideias completamente falsas. Em primeiro lugar porque a Escola de Sagres não existiu, em segundo lugar ninguém estava a fazer investigação” (SALEMA, 2016, p. 40); isto é, para o historiador, não se pode interpretar o passado com preocupações actuais sobre a investigação científica, pois “nos descobrimientos estamos no domínio da contribuição para o conhecimento de novas coisas, não na reflexão sobre elas” (SALEMA, 2016, p. 40).

O posicionamento de Contente Domingues esvazia e despolitiza a discussão sobre o racismo, o colonialismo e os seus legados, através da reprodução de um “nós” europeu/português *universal* que é assumido como não racialmente constituído e nem atravessado pela construção moderna, hierárquica, do par sexo/género, mas como um “nós” civilizacional, cosmopolita, “fazedor” de um mundo ou de um “património geográfico”. Estamos, assim, perante a renovação do *ego conqueror* – que produz o humano universal como *sobrerrepresentado* pelo homem branco ocidental (ver WYNTER, 2003) – sem o qual a própria ideia de “Europa” e, portanto, da “descoberta de outros mundos” seria, em palavras de Michel-Rolph Trouillot, impensável:

24 Esta obra é geralmente incluída na bibliografia fundamental das disciplinas sobre a história da “expansão” e os “descobrimientos” nas universidades públicas.

25 Cofundador e Secretário-Geral do Partido Socialista entre 1973 e 1985, Soares foi Presidente da República entre 1986 e 1996.

26 Antigo líder do Partido Social Democrata, foi Primeiro-ministro durante duas legislaturas (1987-1991; 1991-1995) e Presidente da República entre 2006 e 2016.

27 Refere-se aqui à suposta existência de uma escola náutica e de cartografia em Sagres, na região do Algarve, fundada pelo Infante D. Henrique no século XV. As narrativas sobre a chamada “Escola de Sagres” enfatizam a ideia da centralidade de Portugal na formação de grandes “descobridores”, como Vasco da Gama e Cristóvão Colombo, assim como na investigação científica. Sobre a formação da “lenda” da “Escola de Sagres” e os debates historiográficos, ver João (2005).

Será que os europeus e os americanos brancos se lembram de ter descoberto o Novo Mundo? Nem a Europa como a conhecemos hoje, nem a branquitude [whiteness] como é vivida agora existia como tal em 1492. São ambos constitutivos desta entidade retrospectiva que agora designamos por Ocidente, sem a qual o “descobrimento” é impensável na sua forma actual (TROUILLOT, 1995, p. 16).

A argumentação de Contente Domingues revela como a reprodução do *loop* pós-colonial requer a contenção do conflito político em torno do racismo. Portanto, o racismo subjaz como uma ameaça de interrupção desse *loop* que solicita uma “justificação”, e encontramos aqui duas fundamentações: aquela que incide no ideal humanista como equivalente do antirracismo, entendido como um trabalho de “reparação de enviesamentos culturais”, e aquela que de um modo mais explícito deslegitima que a denúncia política ponha em xeque a narrativa da “expansão” ao colocá-la no âmbito da apreciação subjectiva: “por *se sentirem afectadas* negativamente pela chegada dos europeus”. A “crítica” fica, portanto, encapsulada no discurso sobre a cientificidade das interpretações e a representação *correta* do “outro” (i.e. os “olhares” entre os diferentes povos e culturas, a apuração dos “factos” da expansão e dos seus protagonistas). E é neste sentido que a disciplina “História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa” – opcional ou obrigatória – tem continuado a ser leccionada na maioria das licenciaturas de História, Geografia e Arqueologia das Universidades públicas portuguesas. Denote-se que na licenciatura de História Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a mesma passou a designar-se, no ano lectivo de 2015/16, “História do Império, Colonialismo e Pós-colonialismo Português”²⁸.

Se olharmos para a descrição e o programa desta disciplina nas Licenciaturas de História das Faculdades de Letras da Universidade do Porto (FLUP)²⁹ e da Universidade de Coimbra (FLUC), assim como da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde é denominada “História da Expansão Portuguesa” (FCSH)³⁰, podem apontar-se alguns dos aspectos até

28 Disciplina opcional no 1º ciclo; informação disponível em: <<https://apps.uc.pt/courses/PT/unit/80445/15781/2016-2017?type=ram&id=5381>>. Acesso em: 20 mar. 2016. A disciplina é ministrada na FLUC desde os anos 1920 e, desde a sua criação, em 1952, estava enquadrada na actividade docente do Instituto de História da Expansão Ultramarina que, em 1974, tomou a designação de Instituto de História da Expansão Ultramarina e do Colonialismo, mas voltando à sua antiga denominação em 1986. Em 1975, a disciplina também foi renomeada como “História do Colonialismo”, mas, em 1979, voltou a designar-se “História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa” (ver AZEVEDO E SILVA, 2002). Actualmente, o Instituto de História da Expansão Ultramarina é uma “Subunidade” de docência e investigação da Secção de História do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Arte da FLUC. Ver informação disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/iheu/historia/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

29 Disciplina obrigatória no segundo ano; informação disponível em: <https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=365210>. Acesso em: 20 mar. 2016.

30 Disciplina obrigatória no 1º ciclo; informação disponível em: <<http://www.unl.pt/guia/2015/fcsh/>>

agora discutidos. Em primeiro lugar, entre os objectivos e temáticas a abordar nos programas assinala-se o aprofundamento do estudo *crítico* da “expansão”: (i) “desenvolver uma abordagem capaz de suscitar uma análise crítica das problemáticas da história de Portugal relacionadas com a dinâmica do expansionismo português; Rever “mitos historiográficos’ relacionados com o expansionismo português” (FLUP); (ii) “reforçar[ão] as competências de análise histórica e crítica, em matéria da apreensão das motivações que levaram à opção expansionista portuguesa e das razões que explicam o sucesso da empresa” (FLUC); (iii) assim como a discussão sobre as diferentes interpretações e debates historiográficos (FCSH e FLUP). Em segundo lugar, é importante sublinhar que não há nenhuma referência explícita ao estudo de processos de violência, do racismo ou da escravização racial e à formação do mercado transatlântico. Figura mais como uma “presença ausente”³¹ nas referências aos “espaços ultramarinos” como “O Atlântico Sul” (FLUP), “A nova centralidade atlântica luso-brasileira” (FLUC) ou “A afirmação do eixo afro-atlântico” (FCSH). Finalmente, em terceiro lugar, aprecia-se a inclusão temática ligada ao estudo do “encontro de culturas”: (i) “Desenvolvimento de sensibilidade científica às questões de diferença antropológica e cultural e a questões de multiculturalidade” (FLUCP); (ii) “compreender a importância dos processos históricos dos povos extraeuropeus para a correcta interpretação da história da Expansão Portuguesa” (FCSH).

Podemos então argumentar que o enquadramento dominante dos programas desta disciplina ilustra como a actual academia dos “descobrimtos” e da “expansão” reproduz a semântica colonial dos espaços e impérios “ultramarinos” ancorada numa reivindicação de *rigor* e *sensibilidade científica*. Este apelo à objectividade científica continua a tradição positivista que reinscreve sistematicamente a “Europa” (e “Portugal”) como ideia e projecto político (ver HALL, 1992; WEST, 1993) através da sua naturalização como espaço político-cultural expansionistas e descobridores dos “outros” espaços “extraeuropeus”. É desta forma que a produção política da geografia “moderna” e os seus contornos raciais se tornam uma realidade *factual*. A chamada compreensão dos “outros” aparece assim enquadrada numa semântica despolitizada da diferença e o estudo das suas formações históricas permanece subjugado ao projecto historiográfico da “expansão”.

No entanto, a academia é só um dos âmbitos institucionais onde este projecto historiográfico é perpetuado e, como já aponte, estas continuidades devem ser compreendidas como parte de projectos políticos mais amplos, que reproduzem/silenciam o racismo em nome da retórica da “integração” e da “interculturalidade”. Como assinalava Ana Barradas há vinte anos: “Há um projecto imperialista que na nossa época continua vivo. Está representado nas afirmações segundo as quais os portugueses são, na Europa, os mais bem colocados para servirem de intermediários entre os negócios europeus e os povos que colonizamos” (BARRADAS, 1998, p. 14). Uma permanente renovação do “espaço da expansão histórica”,

UNLGI_getUC?uc=711051104>. Acesso em: 20 mar. 2016.

31 Expressão tomada de Michael W. Apple (2001).

[a]través da transformação da categoria “emigração” na categoria “diáspora portuguesa” ou “comunidades portuguesas”, exacerbando assim uma perigosa tendência no sentido do direito de sangue. E através da criação de um campo – político-cultural mais do que geo-estratégico ou económico – chamado “Lusofonia”, amparado pela CPLP (VALE DE ALMEIDA, 2003, p. 1).

Reflexões finais. A crítica antirracista ou como lutar fora do *loop pós-colonial*

Neste artigo, procurei analisar a actual “reciclagem institucional dos ‘Descobrimentos’” (VAKIL, 1996, p. 36), nos âmbitos do turismo e da academia, como um processo que permite examinar a centralidade do discurso científico-historiográfico na renovação de uma “pedagogia dos descobrimentos” e na produção das condições para a sua naturalização. Mais especificamente, a análise permitiu perceber os efeitos do investimento público na produção de conhecimento e no ensino da “expansão” desde a segunda metade dos anos 1980 – a partir do papel da CNCDP – e a sua inter-relação com os discursos e práticas políticas contemporâneas sobre a “interculturalidade” e a “integração da imigração/minorias étnicas”. Neste contexto, argumentei como o *loop pós-colonial* repete ininterrompidamente as estruturas narrativas e interpretativas da “Idade dos Descobrimentos” – i.e. a aventura, a mundialização, os lados positivos e negativos da “expansão”, o encontro de culturas – desde o lugar da confiança na “crítica científica”: contrariar os mitos, emendar representações preconceituosas.

O *loop pós-colonial* nutre-se de um “luso-tropicalismo genérico” que persiste “como interpretação do senso comum” e “como representação oficial” da identidade nacional (VALE DE ALMEIDA, 2000, p. 182) e, mais importante ainda, o oxímoro do “bom colonialismo” português reforça-se com esse outro consenso em torno “da ideia de que há que não falar em ‘raça’, para se evitar o racismo” (SANCHES, 2012, p. 11-12).

Persiste, neste contexto, uma moralização do debate sobre o racismo, que é entendido sobre tudo na forma do preconceito individual, o qual contribui para o silenciamento da sua natureza política e estrutural (MAESO; ARAÚJO, 2013). Acrítica antirracista não pode obviar o *loop* dos “descobrimentos”, mas deve ser uma crítica que permaneça *fora* dele, que interrompa o ciclo de repetições desde a enunciação do *conflito político*. Esta luta precisa que abandonemos certas questões para formular outras. Neste sentido, Achille Mbembe reflectia assim, recentemente, em relação ao debate sobre a descolonização da universidade na África do Sul e especialmente sobre o conflito levantado pelo Movimento Rhodes Deve Cair [*Rhodes Must Fall*]³²:

32 O Movimento começou em março de 2015 e foi constituído por estudantes, professores e funcionários da Universidade de Cidade do Cabo (Joanesburgo) com o objectivo de lutar contra o racismo institucional na universidade. Uma das suas iniciativas tem sido a campanha para retirar a estátua do colonizador Cecil

O debate [sobre a estátua de Cecil Rhodes], portanto, nunca deveria ter sido sobre se a estátua deve ou não ser derrubada. Desde o início, o debate deveria ter sido sobre por que demorou tanto tempo em ser derrubada. Derrubar a estátua de Rhodes está longe de ser um apagamento da história, e ninguém deveria estar a pedir-nos que estejamos eternamente agradecidos a Rhodes por ter “doado” o seu dinheiro e por ter deixado como herança a “sua” terra à Universidade. Para começar, se há algo que devemos perguntar-nos é: como é que ele adquiriu o terreno? (MBEMBE, 2015, p. 3).

Em consonância com a chamada de atenção de Mbembe, o debate político sobre a “Idade dos Descobrimentos” não pode ser reduzido a discutir se devemos utilizar a palavra “descobrimentos” ou “colonialismo”, ou se devemos ou não mudar os nomes das ruas e as estátuas que honram a memória de Vasco da Gama ou o Infante D. Henrique. Se, pelo contrário, nos questionamos como é possível que este culto tenha esta ubiquidade na actualidade, estamos então a interrogar o que está em jogo na sua interrupção. O debate, portanto, é um debate sobre o poder político e sobre “a história para além da branquitude [*whiteness*]” (MBEMBE, 2015, p. 3), mas ir “para além” significa aqui confrontar o “culto dos descobrimentos” como parte do que Houria Bouteldja denomina “o *sistema imunitário branco*” que “tem segregado um grande número de anticorpos. Entre eles, o humanismo e o monopólio da ética” (BOUTELDJA, 2016, p. 39, grifo nosso). A “Idade dos Descobrimentos” é uma narrativa prendida a ambos anticorpos, o humanismo e o monopólio da ética – i.e. “a descoberta do ‘outro’”, “a interculturalidade” e “a abolição da escravatura”³³. Ao desvendar o privilégio branco na (re)produção da história, a crítica é realizada desde “o presente racista” (ver TROUILLOT, 1995), possibilitando o estabelecimento de ligações entre os labores e os efeitos políticos que produzem os diferentes anticorpos do *sistema imunitário branco*.

Rhodes do campus universitário, inaugurada em 1934 para honrar a sua memória e o facto de ter “doado” os terrenos onde foi construída a universidade. Mais informações disponíveis em: <<http://rhodesmustfall.co.za/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

³³ A centralidade da narrativa da *abolição* e o silenciamento das lutas das populações escravizadas continuam a ser dominantes. Um exemplo recente no âmbito da divulgação historiográfica é o documentário “Escravos e escravatura em Portugal”, um dos episódios da série “História a História” do professor Fernando Rosas, emitido pela Rádio e Televisão de Portugal (RTP). O documentário não faz nenhuma referência às lutas das populações escravizadas, por exemplo, à formação de organizações políticas autónomas de resistência como os quilombos, e centra-se no abolicionismo e no papel do Marques de Pombal: “O Marques de Pombal – sabemos hoje – queria sobretudo canalizar o tráfico negreiro todo para o Brasil, onde o desenvolvimento das minas, das plantações, das moedas, exigia uma procura acrescida de mão-de-obra escrava. O que é facto, é que objectivamente, as medidas pombalinas antecipam largamente as legislações antiescravagistas europeias e americanas, mesmo as da Revolução Francesa. No que toca a Portugal, sem dúvida abrem a porta ao desaparecimento da escravatura que, não tendo sido formal e geralmente abolida, vai criar uma condição para, a partir daí os escravos serem absorvidos no conjunto da sociedade” (ROSAS, 2015, 23’30” - 24’15”).

No contexto português, o trabalho que o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa (GTO-LX)³⁴ tem vindo desenvolver com a residência artística “Laboratório Ami-Afro” é ilustrativo da criação de espaços políticos de crítica fora do *loop* pós-colonial. Nas palavras de Anabela Rodrigues, *curinga* e criadora do Laboratório, este é um projecto que procura criar “um espaço para os afrodescendentes, que nos desafia a criar uma estética diferente no Teatro do Oprimido para as pretas e os pretos. A criar uma identidade, a falar dos silêncios da raça. A questionar uma história onde os heróis são povos que fizeram de outros escravos, fizeram dos pretos e pretas mercadorias de troca”(RODRIGUES, 2013, p. 3). Por exemplo, o espectáculo *Fel e Mel no Papel*³⁵ relaciona a crítica às narrativas dos manuais escolares e as experiências na sala de aula³⁶ com a realidade da discriminação racial no sistema educativo, no emprego, e com as dificuldades encaradas pela luta antirracista. O espectáculo inicia-se com uma “contradição em palco”, entre a história dos “descobrimientos” transmitida pelos manuais e o silenciamento da história de violência e escravização:

Bem-vindos à lição 50 da Disciplina de História de Portugal. “Conhecer o nosso passado é preciso para projectar o futuro.” Mas o passado já lá vai.

Texto 1 da Professora [É uma Portuguesa Camoniana. Acredita que os descobrimientos foi algo glorioso. Não houve racismo, mas interculturais, não houve exploração, mas evangelização]: As descobertas que trouxeram riquezas ao nosso país. O nosso rei Dom Manuel tinha fome de Ouro e das riquezas. Com esse tempo glorioso passou a ser Rei D. Manuel de Portugal e dos Algarves e do Além-mar em África, senhor da Guiné, do comércio, e conquista da Etiópia, da Pérsia, da Índia, da Arábia. Trouxemos aos mundos novos mares, novos territórios, novas estrelas, novas plantas, novos animais e evangelização a esses inféis. [...]

Contradição em Palco

Entra em palco Keta e seus súbditos [A Keta faz parte da nobreza africana. O povo africano sempre se governou e sobreviveu até ao XV com a chegada dos Portugueses]. Vemos a riqueza do país e seu funcionamento para produzir. Entra o Explorador Vasco da Gama e seu ajudante vem colocar a sua bandeira. Retiram a outra e colocam a deles. Os originários dessa terra tentam lutar mas são vencidos pelas armas. Na primeira são retirados os recursos naturais e minerais do país, os quais são comercializados pelos colonizadores (GTO-LX, 2014).

34 Agradeço a Anabela Rodrigues a facilitação de documentação sobre o trabalho do GTO-LX.

35 Tem sido apresentado no Auberge de Jeunesse de Amiens, no Teatro do Bairro de Lisboa (2014) e na Casa da Esquina de Coimbra (2015).

36 Desenvolve as técnicas do Teatro-fórum e do Teatro-jornal de Augusto Boal; O GTO-LX tem vindo a desenvolver uma colaboração com o Centro de Estudos Sociais e nomeadamente com o trabalho desenvolvido no projecto de investigação RAP – ‘Raça’ e África em Portugal: um estudo sobre manuais escolares de História (2008-2012), coordenado por Marta Araújo e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) de Portugal (ref.: PTDC/CED/64626/2006).

O Laboratório Ami-Afro abre um espaço para pensar esta “contradição” a partir da realidade do racismo, da sua institucionalização, e não como um simples “contraste” de perspectivas ou uma problemática de “mitos” *versus* o conhecimento científico. O combate ao racismo como *conflito político* é uma luta pela mudança nas relações de poder que atravessam todas as esferas de decisão política, incluindo a academia.

Referências

- ALDRICH, Robert. Colonial museums in a postcolonial Europe. **African and Black Diaspora: An International Journal**, v. 2, n.2, p. 137-156, 2009.
- APPLE, Michael W. Políticas de direita e branquidade: a presença ausente da raça nas reformas educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 61-67, jan./abr. 2001.
- ARAÚJO, Marta. Challenging Narratives on Diversity and Immigration in Portugal: the (de)politicization of colonialism and racism. In: CAPETILLO, Jorge A.; JACOBS, Glenn; KRETSEDEMAS, Philip A. (org.). **Migrant Marginality: A Transnational Perspective**. Nova Iorque: Routledge, 2013. p. 27-46.
- ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez. Slavery and Racism as the ‘Wrongs’ of (European) History: Reflections from a Study on Portuguese Textbooks. In: HAMILTON, Douglas; HODGSON, Kate; QUIRK, Joel (orgs.). **Slavery, Memory and Identity**. Londres: Pickering & Chatto, 2012. p. 151-166.
- _____. **The Contours of Eurocentrism**. Race, History, and Political Texts. Lanham, MA: Lexington Books, 2015.
- AZEVEDO E SILVA, José Manuel. **Percursos da História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**. 2002. Oficina disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/iheu/historia/percursos>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- BARRADAS, Ana. **Ministros da Noite**. Livro Negro da Expansão Portuguesa. Lisboa: Antígona, 1998.
- BOUTELDJA, Houria. **Les Blancs, les Juifs et nous**. Vers une politique de l’amour révolutionnaire. Paris: La Fabrique, 2016.
- CASTELO, Cláudia. **O Modo Português de Estar no Mundo**. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1999.
- COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES - CNCDP. **Projectos de Investigação**. Acções na Área Universitária. Lisboa: CNCDP, 1991.
- COELHO, Raquel da Asunção. **História Viva: A Recriação Histórica como Veículo de Divulgação do Património Histórico e Artístico Nacional (1986-2009)**. Conceitos e Práticas. 2009. Dissertação (Mestrado em Arte, Património e Restauro) - Universidade de Lisboa, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2256/33/ulfl078314_tm_vol_1.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- DUSSEL, Enrique. Europe, Modernity, and Eurocentrism. **Nepantla**, Views from South, v. 1, n.3, p. 465-478, 2000.
- DUSSEL, Enrique. **1492**. El encubrimiento del Otro. Hacia el origen del “Mito de la modernidad”. La Paz: Biblioteca Indígena, 2008.
- GERIVAZ, Sara. A partir de hoje já é possível embarcar numa viagem até aos Descobrimentos. **Público**, 25/03/2014. Disponível em: <<https://www.publico.pt/local/noticia/a-partir-de-hoje-ja-e-possivel-embarcar-numa-viagem-ate-aos-descobrimentos-1633523>>. Acesso em: 11 maio 2015.
- GOLDBERG, David Theo. Precipitating Evaporation (On Racial Europeanization). In: **The Threat of Race**. Reflections on Racial Neoliberalism. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009. p. 151-198.
- GRUPO DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS COMEMORAÇÕES

- DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. **A Escola e os Descobrimientos**. Síntese e Balanço das Comemorações (1988-2000). Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério de Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.
- GTO-LX – Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa. **Fel e Mel no Papel. Narrativas Vivas**. Roteiro – Teatro-Jornal com Livro de História, 2014.
- HALL, Stuart. The West and the Rest: Discourse and Power. In: GIEBEN, Bram; HALL, Stuart. (org.). **Formations of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 275-331.
- HASIAN, Marouf; WOOD, Rulon. Critical Museology, (Post)Colonial Communication, and the Gradual Mastering of Traumatic Pasts at the Royal Museum for Central Africa (RMCA). **Western Journal of Communication**, v. 74, n. 2, p. 128-149.
- HESSE, Barnor. Im/Plausible Deniability: Racism's Conceptual Double Bind. **Social Identities**, v. 10, n. 1, p. 9-29, 2004.
- _____. Racialized modernity: An analytics of white mythologies. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 4, p. 643-663, 2007.
- JOÃO, Maria Isabel. Sagres, lugar mítico da memória. In: CARVALHO, Dulce; VILA MAIOR, Dionísio; TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.). **Des(a)fiando discursos: Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques**. Lisboa: Universidade Aberta, 2005. p. 409-422.
- LARGUESA, António. Passos Coelho: 'Temos de mostrar ao mundo que não precisamos de uma tutela externa'. **Negocios Online**, 6/05/2014, 2014.
- LUSA – Agência de Notícias. Porto: PS critica 'comboio-fantasma de caravelas' proposto por Mário Ferreira e aprovado pela Câmara. **Jornal de Notícias**, 13/03/2012.
- LUSA – Agência de Notícias. Passos quer para Portugal espírito dos Descobrimientos. **Diário de Notícias**, 6/05/2014. Disponível em: <<http://www.dn.pt/politica/interior/passos-quer-para-portugal-espírito-dos-descobrimientos-3847739.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- MAESO, Silvia; ARAÚJO, Marta. A quadratura do círculo: (anti)racismo, imigração e a(s) política(s) da integração em Portugal nos anos 2000. **Oficina do CES**, n. 407, p. 1-37, dez.2013.
- MATOS, Patrícia Ferraz de. **As "Côres" do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português**. Lisboa: ICS, 2006.
- _____. Power and identity: the exhibition of human beings in the Portuguese great exhibitions. **Identities: Global Studies in Culture and Power**, v. 21, n. 2, p. 202-218, 2014.
- MBEMBE, Achille. Decolonizing Knowledge and the Question of the Archive. Aula magistral proferida no Instituto Wits para a Investigação Social e Económica (WISER) da Universidade de Witwatersrand em conversação como o Movimento "Rhodes Deve Cair" [*Rhodes Must Fall*] da Universidade de Cidade do Cabo, Johannesburg: 29 de Abril, 2015. Disponível em: <<http://wiser.wits.ac.za/content/achille-mbembe-decolonizing-knowledge-and-question-archive-12054>>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- McINTOSH, Peggy. **White privilege and male privilege: a personal account of coming to see correspondences through work in women's studies**. Working Paper 189, Wellesley College Center for Research on Women, Wellesley, p. 1-25, 1988. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED335262.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2016.
- NIMAKO, Kwame. Conceptual Clarity, Please! On the Uses and Abuses of the Concepts of 'Slave' and 'Trade' in the Study of the Trans-Atlantic Slave Trade and Slavery. In: ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia R. (orgs.). **Eurocentrism, Racism and Knowledge**. Debates on History and Power in Europe and the Americas. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2015. p. 178-191.
- OLIVEIRA, António de. The Activities of the CNCDP: A preliminary assessment. **e-JPH**, v. 1, n. 1, p. 12, 2003.

- POLANAH, Paulo S. ‘The Zenith of our National History!’ National identity, colonial empire, and the promotion of the Portuguese Discoveries: Portugal 1930s. **e-JPH**, v. 9, n. 1, p. 39-62, 2011.
- PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Despacho Conjunto nº 15/ME/MAJ/89. Determina a constituição de um grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos descobrimentos portugueses com a seguinte constituição: Prof. Doutor Luís Albuquerque (presidente), Prof. doutor Artur Teodoro de Matos (vice-presidente), Drª Maria de Fátima Borges (secretária), Dr. António Alves Ferronha, Drª Isabel Alçada, Profª Doutora Maria Augusta Lima Cruz, Drª Maria Cândida Proença, Drª Maria José Pinto, Dr. Rui Loureiro e Drª Maria Adília Gomes Ribeiro. **Diário da República**. Série II, nº 40, 1989-02-17, p. 1766.
- _____. Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de Fevereiro. Aprova a orgânica do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. **Diário da República**. Série I, nº 41, 2014-02-27.
- POWER, Marcus; SIDAWAY, James D. Deconstructing twinned towers: Lisbon’s Expo ‘98 and the occluded geographies of discovery. **Social & Cultural Geography**, v. 6, n. 6, p. 865-883, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. **Nepantla**, Views from South, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.
- RODRIGUES, Anabela. **Carta Aberta das Mínhas Opressões, Pretoguizar**. Texto apresentado no encontro “Teatro Fórum. ‘Que tipo de mulher devo ser?’” organizado pelo Centro de Cultura e Intervenção Feminista (CCIF) e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) em parceria com a Universidade Aberta, Lisboa: 6 de Novembro, 2013.
- ROSAS, Fernando. **Escravos e escravatura em Portugal**. Episódio 12 da Série História a História. Emitido: 9 de fevereiro 2015. Disponível em: <<http://ensina.rtp.pt/artigo/escravos-escravatura-portugal/>>. Acesso em: 23 mar. 2016.
- SALEMA, Isabel. Ainda é correcto falar de Descobrimentos?. **Público**, 17/01/2016. Disponível em: <<https://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/ainda-e-correcto-falar-de-descobrimentos-1720297>>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). **Malhas que os impérios tecem**. Textos anti-coloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Ed. 70, 2012.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. **Análise Social**, v. XXIII, n. 98, p. 687-719, 1987.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**. Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.
- VAKIL, Abdoolkarim A. Representations of the ‘Discoveries’ and the Imaginary of the Nation in Portuguese Integralism. **Portuguese Studies**, v. 11, p. 133-167, 1995.
- _____. Nationalising Cultural Politics: Representations of the Portuguese ‘Discoveries’ and the Rhetoric of Identitarianism, 1880-1926. In: MAR-MOLINERO, Clare; SMITH, Angel (orgs.). **Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula**. Competing and Conflicting Identities. Oxford: Berg, 1996. p. 33-52.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Um Mar da Cor da Terra**. Raça, Cultura e Política da Identidade. Oeiras: Celta, 2000.
- _____. Prefácio. In: VV.AA. **Versões - Mundos** (d)Escritos em Português. Lisboa: Bertrand, 2003. Disponível em: <<http://miguelvaledealmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/prefacio-versoes.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Eurocentrism and its Avatars: The Dilemmas of Social Science. **New Left Review**, n. 226, p. 93-107, 1997.
- WEST, Cornel. **Beyond Eurocentrism and Multiculturalism**. Volume 2: Prophetic Reflections: Notes on Race and Power in America. Monroe, Maine: Common Courage Press, 1993.

WORLD OF DISCOVERIES. **Todos a Bordo!**. Folheto. Porto: WoD, 2015.

WORLD OF DISCOVERIES. **Memória descritiva**. World of Discoveries, Museu Interativo e Parque Temático.2014. Disponível em: <<http://w3.dren.min-edu.pt/wp-content/uploads/2014/02/MemoriaDescritiva.pdf>>. Acesso em:15 mar.2016.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Over representation - An Argument. **The New Centennial Review**, v. 3, n. 3, p. 257-33, 2003.

Recebido em 30/03/2016

Aceito em 24/08/2016